

# Reformas ou Contra-revolução?

## O governo Lula

**Edmundo Fernandes Dias**

Professor Aposentado do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

*"O estado cria as classes e as traz para o seu seio".*  
Antonio Luis de Souza Mello<sup>1</sup>

### O governo Lula: o atual momento da contra-revolução capitalista

**E**xaminando a história recente do Brasil vemos que as crises capitalistas necessitam e exigem para a sua resolução que se redesenhem as formas produtivas e, conseqüentemente, as classes sociais. Mais ainda é necessário redesenhar a institucionalidade: em especial o conjunto de leis sobre o trabalho (aí compreendida a forma sindical), a educação, a gestão da política (ou seja a Reforma do Estado). Trata-se, portanto, do redesenho da sociedade por inteiro. Trata-se de um momento exploratório. Busca-se com essa hipótese apontar o sentido e a direção da política vivenciada hoje e no quadro da qual afirmamos a existência de um processo contra-revolucionário preventivo. Os elementos dessa análise, aqui esboçada sumariamente, passam, entre outros limites objetivos, pela organização / desorganização das classes sociais, a existência ou não de um projeto nacional da burguesia e da relação internacional de forças.

Nossa tese é clara. A crise do capital supõe

a refundação do Estado, a reconstrução das relações sociais como um todo, o redesenho das classes. No fundamental essa alteração implica em suprimir o antagonismo, seja no plano das lutas de classe na sociedade, seja nas lutas travadas "na produção". Hoje o processo de refundação do Estado é ainda mais amplo. A tentativa é de construir uma classe trabalhadora do capital e não apenas *para* o capital. Tudo e todos têm que ser reduzidos às formas mais totalitárias do capital. Seguramente algumas precisões se fazem necessárias. Pensamos aqui, em especial, nos projetos governamentais de brutal alteração das estruturas universitária, sindical e trabalhista. Poderíamos ainda tocar na questão da alteração da ordem política, judiciária e tributária.

O atual governo de conciliação de classes subordina-se inteiramente ao imperialismo, tem na Presidência da República, um ex-operário que desempenha um papel na articulação, nos marcos do espaço territorial brasileiro, do bloco de poder comandado pela burguesia financeira internacional, o que não exclui eventuais contradições com esta. Esse governo que

abandonou qualquer pretensão de projeto nacional autônomo deve realizar todas as redefinições da ordem capitalista ainda com "apoio" popular. Para tal conta com a militância (seja a autêntica, seja a de "resultados") do partido que exerce o governo.

A eficácia do governo e de suas políticas requer e necessita a desorganização objetiva dos antagonismos e eliminação do sentido protagonista das classes trabalhadoras. Para tal ele atua: a) na construção/consolidação de um Centrão modernizado e ampliado e b) na tentativa de incorporação da Central à ordem estatal. É a construção do mais amplo arco de alianças já conhecido na política brasileira. Todos os ex-"inimigos" (bravata, diria Lula) de Sarney a ACM passando por Maluf, são agora "neo-companheiros", membros do seleto Clube da Ordem Petista. A compra de votos de parlamentares para a aprovação dos seus projetos, o feroz assédio ao Judiciário (com as ameaças de uma reforma judiciária "companheira"), a procura do mais absoluto controle dos organismos sindicais, a censura à liberdade de imprensa (eufemisticamente chamada de "orientação"), tudo isso configura o arsenal do governo "democrático-popular" (*sic*) no estabelecimento do *reich petista*.

Esta novidade na política brasileira<sup>2</sup> traz uma série de conseqüências para a ação dos movimentos sociais. Cotidianamente ecoa uma série de notícias e propostas que vêm contradizendo aquilo que muitos esperavam. Se algo surpreendeu foi a velocidade do processo. Apesar dessa "novidade", não se alteraram a natureza de classe do Estado e a forma capitalista de produzir e comandar. A busca de consenso, orgânica, totalitária, assumiu formas diferenciadas como o CDES, espécie de Câmara Setorial com elefantíase. As burocracias partidárias e sindicais que falavam em nome dos trabalhadores apresentam-se agora como militância governamental. Constituíram-se, assim, as novas bases sociais da burocracia, seja a política, seja a sindical.

Reinventam-se os princípios básicos da

cidadania de tipo liberal para estabelecer-se o ambiente necessário à resposta à crise do capital. O Judiciário, ao julgar a constitucionalidade da contribuição previdenciária dos aposentados, subordinou os direitos sociais à lei da acumulação capitalista, rompeu as cláusulas pétéreas e o direito adquirido. Isto foi saudado efusivamente pelo Palácio do Planalto como o fim do "mito dos direitos adquiridos": liberou geral as reformas, disseram. O projeto de reforma política, com sua Lei de Barreira e o financiamento dos partidos de forma assimétrica, aprofundarão a tendência do estabelecimento de uma ditadura civil. Votações simbólicas no Parlamento, pseudo-audiências públicas, uso e abuso ditatorial das Medidas Provisórias não apenas buscam a aplicação imediata de propostas obviando os debates políticos mas, sobretudo, dar a aparência de uma consulta democrática à sociedade. Usam-se despuadoradamente as pressões sobre o Judiciário e sobre o Ministério Público (cf. a fala de Dirceu, chefe da Casa Civil e um dos homens fortes do governo, comparando o MP à Gestapo). Buscam-se impor as chamadas "Lei Mordaça" (da proibição de fala dos trabalhadores do Estado à apropriação da tese histórica da 'FENAJ- Federação Nacional de Jornalistas' de criação do Conselho de Jornalismo), Não apenas se suprimem as liberdades ditas republicanas mas desmoralizam-se as próprias instituições burguesas o que pode abrir o espaço para soluções de força<sup>3</sup>. A imprensa, obsequiosamente, cala-se. E o povo, sempre expulso (salvo nos torneios eleitorais) da política, não sente a necessidade de defender estas instituições que normalmente o ignoram.

### O modo petista de governar: desorganizar, reprimir

No campo dos movimentos sindical e popular a forma de intervenção governamental vai da cooptação à repressão pura e simples. Para manter sua política econômica e tentar obter ao máximo a disciplina de seus trabalhadores o



governo quebrou, com a ajuda de ex-militantes e hoje seus funcionários, a unidade das categorias e buscou desorganizar a CNESE, apoiar a tentativa de oposições sindicais "amigas" em processos eleitorais, etc. O governo, com o concurso da direção majoritária da CUT, dissolveu os trabalhos da Mesa Nacional de Negociação Permanente e tratou de segmentar as categorias impondo acordos separados para cada um dos segmentos, e nem mesmo isso ele cumpriu. Seus negociadores eram desmoralizados pela chamada equipe econômica. As lideranças sindicais "companheiras" viram-se em palpos de aranha com as idas e voltas governamentais. Chegou mesmo, antecipando-se à Reforma Sindical ainda em projeto, a tentar fundar, com a ajuda da maioria da direção da CUT, um novo sindicato na base de outro sindicato cutista que não se submeteu. Tudo em nome, é claro, da "liberdade" sindical.

No Brasil o processo de reestruturação capitalista veio sendo construído desde a década de 80 e passou despercebido pela maioria das direções partidárias e sindicais, mas caminhou brutalmente. Sarney claramente indicou o processo ao afirmar, alto e bom som, que com a Constituição recentemente proclamada o Brasil seria ingovernável. Nada de novo, sem surpresas. A velocidade e a consistência no processo de refundação do Estado, da forma econômica, das classes, da burocracia estatal, do processo educacional, parece inexorável. Nada pode deter uma modernização globalizada que nada mais é do que o aprofundamento da dominação capitalista e onde a população, majoritariamente, é considerada, a um só tempo, obstáculo e supérflua. Esse processo foi facilitado pela progressiva destruição da ação militante da CUT, principalmente pela ação de sua tendência majoritária a partir do Congresso de Belo Horizonte. Câmaras setoriais, banco de horas, parcerias etc., que antes seriam inadmissíveis, colaboraram na transformação da classe trabalhadora.

**O abuso das medidas provisórias, a enorme sucessão de Emendas Constitucionais rasgaram a Constituição e minaram os elementos essenciais conquistados pela classe trabalhadora.**

O governo Lula acabou de destruir a seguridade pública e estatal e transformá-la em instrumento privilegiado do Sistema Financeiro (responsável em grande medida pelas crises argentina e chilena)<sup>4</sup>. Também foi alterado profundamente todo o sistema educacional (ensino profissionalizante, diretrizes curriculares, implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, a adequação das PPP não apenas para incremento de obras de infra-estrutura, a lei de inovação tecnológica). Busca-se, agora, destruir a liberdade de organização sindical, promovendo a liberação máxima da exploração da força de trabalho para o capital (leia-se "o negociado prevalece sobre o legislado"). Ampliou-se não apenas a

informalidade e o desemprego, elevando-os exponencialmente, mas atacou-se a possibilidade de sobrevivência. E diante do aviso empresarial de que continuaria com a estratégia das horas-extras para não contratar, o "companheiro" Berzoini ficou zangado e ameaçou... tomar as providências devidas. Fala que seria esquecida poucos minutos após a aparição na mídia.

Lula com a sua "legitimidade" popular e o mais amplo arco de alianças da política nacional faz as reformas caminharem sem praticamente oposição. O abuso das medidas provisórias, a enorme sucessão de Emendas Constitucionais rasgaram a Constituição e minaram os elementos essenciais conquistados pela classe trabalhadora. O judiciário julga as políticas macroeconômicas (como no julgamento do Plano Real, sob Collor) e os interesses contábeis do governo como superiores aos interesses da população, vem aniquilando não apenas os direitos adquiridos, mas a própria essência do Estado de direito. Foram mais longe e Nelson Jobim<sup>5</sup> foi além e proclamou ter chegado a hora dos "direitos econômicos", como se a hora destes não fosse agora e sempre.



## A CUT de movimento sindical à estrutura estatal

A prática da Central, já faz tempo, é ausentar-se das lutas das classes trabalhadoras. As duas etapas da Reforma da Previdência encontraram na sua direção majoritária uma gerenciadora da política de FHC e Lula. Ação coerente e contínua. Ao longo das duas últimas décadas, a Central, pela ação de sua Direção Majoritária, vem progressivamente, e em ritmo acelerado, negando toda e qualquer forma de democracia interna. Transformou-se em uma central de direções e busca, incessantemente, aniquilar a vontade das tendências minoritárias.

Ao negar a construção forte e densa de uma subjetividade classista antagonica, ao negar aos trabalhadores a possibilidade de passar ao plano ético-político (a nova sociabilidade), fez com que ela permanecesse no plano econômico-corporativo transformando-se em mais um aparato da Ordem. "Todo poder às burocracias sindicais" é a palavra de ordem necessária para garantir a Lula o apoio "popular-sindical". Caro e amargo é o preço a ser pago pelas classes trabalhadoras que vem reagindo a esse processo de bloqueio de sua capacidade de luta.

A classe trabalhadora, nas suas formas mais avançadas organizacional e politicamente atacaram - com uma grande dose de ingenuidade mesclada a uma generosa combatividade - toda uma tradição de atrelamento sindical. Na sua origem a CUT organizou-se a partir da luta contra os pelegos que a ditadura impusera ou apoiara. As oposições sindicais e os movimentos sociais estavam presentes não apenas na fundação mas, também, nos primeiros anos de existência da Central. Independência sindical, livre organização e contribuição voluntária dos trabalhadores contrariando os pilares da estrutura varguista - o controle do Estado, a unicidade e o imposto sindical que era duramente

condenado. Proclama a greve como forma de defender os interesses das classes trabalhadoras e chegou mesmo a convocar greves gerais e nunca mendigou ou pediu, como agora o reconhecimento legal do Estado. Buscava construir a identidade classista dos trabalhadores, a construção de ações coletivas tudo sob o signo da autonomia e da independência dos sindicatos de base.

Nascida na luta contra a ditadura a CUT foi forjada como instrumento de luta. Em uma década mundialmente conhecida pelo refluxo sindical e pelo triunfo das políticas determinadas pela reestruturação capitalista em plano global a Central, na contra-corrente da capitulação dos social-reformistas, agitava a possibilidade de pôr fim à ditadura capitalista nos planos político e econômico. Os choques que apareciam como lutas contra a super-exploração do trabalho assumiram a forma da luta pela anistia, por uma reorganização partidária que rompesse os estreitos limites da institucionalidade burguesa vigente. Foi um poderoso movimento na ordem mas que permitiu incendiar os que lutavam por liberdade.

Não cabe aqui uma história da CUT. No entanto é necessário traçar, ainda que rapidamente, o processo da corrupção daqueles ideais e práticas. Rapidamente ela se transformou e, menos de cinco anos após sua fundação, ela deu um passo decisivo da sua esterilização como arma. No Congresso de Belo Horizonte (1988) a Central procedeu a uma brutal mudança dos seus estatutos. O debate aparente era: CUT movimentista ou CUT sindical. Na prática a tendência majoritária que se constituiu já na fundação conseguiu impor às minorias um Estatuto que sintomaticamente se cristalizou em dois pontos centrais: espaçou-se mais e mais os eventos deliberativos e mudou-se a composição dos Congressos com a amplificação da participação de dirigentes e a diminuição dos militantes e delegados de base.

**"Todo poder às burocracias sindicais" é a palavra de ordem necessária para garantir a Lula o apoio "popular-sindical".**



A Central muda assim seu caráter. As oposições sindicais que foram, em grande medida, decisivas na sua fundação são agora mal vistos, devendo ser vigiadas e controladas. As instâncias verticais começam a preponderar sobre as horizontais. A direção dirige demais, soberanamente em relação aos demais organismos.

Desde BH a CUT acentuou o centralismo e diminuiu a combatividade. Perdem seu caráter de central sindical classista, combativa e independente e buscou ser o demiurgo da "legalidade industrial capitalista". Para tal teve que mudar as práticas, os discursos, sua própria forma. Muda sua natureza radicalmente. Introduce o discurso e as práticas do sindicato cidadão, isto é, abole o antagonismo e passa a defender um participacionismo abstrato. Lula, Meneguelli, Vicentinho valem o mesmo que Ermírio de Moraes. São todos cidadãos. Quem acredita nisso? Militantes mal formados teórica e politicamente, direções desejosas de serem reconhecidas como iguais, no máximo como sócias menores de um capitalismo "não selvagem" como se isso fosse possível. Avançam os "experimentos": as Câmaras Setoriais no ABC paulista, em 1991, encaminharam a tese do colaboracionismo segundo a qual trabalhadores e Estado deveriam ceder direitos ao capital em troca da manutenção de empregos. Sequer isso foi garantido ao final desse pacto social.

O processo de adesão da CUT à ordem acelerou-se ainda mais com sua filiação à CIOLS em 1994. A aceitação da tese da colaboração entre capital e trabalho caminhava para ser amplamente majoritária na Central. Aqui vivemos uma curiosa disputa: quem era mais representativo de um sindicalismo anti-trabalhadores. Vicentinho, entre uma greve de fome e um choro na porta da fábrica declara alto e bom som que levava a sério as práticas do "sindicalismo de resultados"<sup>6</sup>, sem garantir direitos e condições efetivas de trabalho, inclusive sala-

**Nascia uma forma de autonomia: a dos burocratas.**

**Autonomia contra sua base social.**

**Nasciam os "pelegos combativos", aqueles que combatem sua classe de origem.**

riaes, que atendessem às necessidades da classe trabalhadora, embora reduzissem os recursos do Estado de São Paulo para a educação e a saúde. Fortalecia-se, assim, uma nova tendência sindical: a dos "pelegos combativos", aqueles que combatem as suas próprias categorias.

As grandes questões da classe trabalhadora foram abandonadas. A aposentadoria por tempo de serviço foi identificada àquela por tempo de contribuição o que, em

uma economia maximamente precarizada e "informalizada" acaba por impedir que os trabalhadores da ordem privada se aposentem. Simetricamente a Central tentou (e conseguiu em alguma medida) desorganizar a luta contra a 2ª Reforma da Previdência. Para que? Para financiar os fundos de pensão, núcleo duro da acumulação capitalista em escala mundial. A questão das Câmaras Setoriais que acabou mostrando sua face de colaboração de classes ao garantir redução de impostos para o capital mas não assegurar, entre outros, as condições de vida e de trabalho da classe operária e o Banco de Horas, forma de superexploração do trabalho, caminham no mesmo sentido. Conformou-se, assim, historicamente, a proposta de Pacto Social ora apresentado pela sua direção majoritária. Nascia uma forma de autonomia: a dos burocratas. Autonomia contra sua base social. Nasciam os "pelegos combativos", aqueles que combatem sua classe de origem.

Em nome do programa político da sua tendência majoritária, repetido nos diversos congressos, fortaleceu-se o processo pelo qual o capitalismo subordinou a maior parte das formas de resistência. A CUT atuou poderosamente na intensificação desse processo de subordinação da classe trabalhadora ao capital. Por exemplo, a central reformou-se estruturalmente à medida que passou a ser financiada não pelos seus sindicatos, mas, fundamentalmente, pelas verbas do FAT e de convênios do



tipo assistencialista, anteriormente monopólio da sua "rival" Força Sindical. Na sua fase mais recente, a CUT aprofundou sua relação com o Estado e com o capital multiplicando seus convênios com a iniciativa privada como aconteceu na decisão de criar linhas de "crédito" para seus filiados a juros "companheiros". Legalizava-se a agiotagem.

Durante a greve contra a reforma da previdência, em 2003, os trabalhadores duas grandes marchas a Brasília, uma delas com mais de 45.000 participantes para responder aos ataques do governo. A CUT permaneceu onde estava: isolada da luta contra a retirada de direitos dos servidores públicos. Dizem que foi por coerência porque ela já tinha atuado no mesmo sentido, no governo FHC, em relação aos trabalhadores da chamada ordem privada. Ficou aí a atuação dela? Não, óbvio que não. Os metalúrgicos do ABC agrediram covardemente, na frente do seu sindicato, funcionários públicos que se manifestavam contra o genocídio "previdenciário".

Diante desse comportamento da Central os trabalhadores iniciaram um processo de construção de alternativas para poder conduzir suas lutas: O Encontro Sindical em Luziânia, em março de 2004, deu origem ao CONLUTAS que realizou uma demonstração importante em Brasília com a presença de mais de 20 mil manifestantes. A chamada esquerda da CUT apesar do seu claro posicionamento negativo em relação ao CONLUTAS se organizou no Fortalecer a CUT. As campanhas salariais (judiciário paulista, bancários, entre outras) demonstram um potencial de luta que o governo, a central e as direções desses sindicatos sequer imaginaram.

Democracia interna? Sonho de uma noite de verão! Continuando a abandonar todo o seu ideário de luta a Central participa agora do macro pacto social denominado Fórum Na-

cional do Trabalho, junto com outras centrais, o governo e a direção burguesa. A um só tempo propõe e aceita o genocídio sobre o conjunto dos trabalhadores legitimando, para os incautos e os otimistas genéticos, a farsa de uma "reforma" sindical e trabalhista. Sem consultar a ninguém a tendência majoritária da CUT, ou melhor, os dirigentes dessa tendência, à inteira revelia dos filiados decidia, decidia, decidia... Magistrado, promotor e carrasco oficial da brutal (i)legalidade industrial que se abateu sobre a sociedade ela, de quando em vez, informava interneticamente, o nosso "destino".

Ora, para quem já tinha condenado a imensa massa dos trabalhadores à não poder aposentar-se a não ser por morte ou velhice (que nas condições de miserabilidade da nossa sociedade é quase o mesmo) a condenação agora ao trabalho forçado, sem direitos quase escravo<sup>7</sup>, era apenas uma questão de lógica. E as demais tendências? Essas sequer precisam ser levadas em conta já que a concepção de democracia da direção estalinista da cen-

tral é "manda quem pode, obedece quem tem juízo". E se essas tendências saírem? Melhor, raciocinam os burocratas, eles não têm mesmo para onde ir... As votações são puramente homologatórias em relação às propostas da Direção majoritária.

A CUT passou de instrumento de luta a obstáculo. Transformou-se, na prática em uma agência do capitalismo e do Estado. Exemplar disso é a atitude absolutamente criminosa do presidente da república "nomeou" Luis Marinho presidente da Central. Não foi por questão de simpatia pessoal, mas uma necessidade estratégica: Lula precisava da mais absoluta lealdade e Marinho não se furtou a isso. O próprio Lula, seu líder no Senado e outros articularam a eleição de um "companheiro" "sem empresas" para a presidência da FIESP. Marinho apresentou a velha e surrada proposta de pacto social. Quem era a audiência? O Presi-

**A CUT passou de instrumento de luta a obstáculo. Transformou-se, na prática em uma agência do capitalismo e do Estado.**



dente, o ministro Jaques Wagner, o presidente da FIESP que estava com um seletíssimo grupo de empresários. Alguma novidade? Não. Tratava-se de mais uma reedição das Câmaras Setoriais, agora com elefantíase. O tal "entendimento social" ou "contrato social" propunha formalmente evitar o aumento dos juros. Cada agente econômico (empresários, trabalhadores, governo) teria de ceder. Qual a parte neste latifúndio que caberia aos trabalhadores? Durante três anos eles não solicitariam recomposição salarial. De tal modo isso se chocou com a política FMI-Palloci-Meirelles que a proposta caiu no vazio. Mas é neste cenário que ganha inteligibilidade a proposta de "reforma" sindical e trabalhista que o governo "democrático-popular" (!?!?) apresentou.

### A reforma sindical do governo Lula

A Reforma Sindical foi elaborada no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), uma reedição do Conselho do Pacto (o CEDES), criado como parte da estrutura do Estado. Lá a CUT "consensuou" com governo, empresariado e outras sindicais o que seria a nova forma da classe. Destinado a eliminar a natureza antagonista das classes em luta na sociedade, gerenciando os conflitos, o Fórum aparece como a forma civilizada de regular a economia e a sociedade. O resultado desse "consenso" foi o abandono radical das posições formuladas pelos cutistas ao longo de toda a sua existência.

A idéia básica do processo é a da inexistência de antagonismos entre as classes embora possam haver conflitos reguláveis. É a famosa conciliação e colaboração de classes, ou seja, o "diálogo social". Alteram-se as formas estatais de intervenção na vida sindical com a aparente "democratização" via participação, em um Conselho Nacional de Relações de Trabalho,

**A idéia básica do processo é a da inexistência de antagonismos entre as classes embora possam haver conflitos reguláveis. É a famosa conciliação e colaboração de classes, ou seja, o "diálogo social".**

dos representantes dos trabalhadores, dos patrões e do Governo em câmaras onde poderão propor critérios que definirão os setores e ramos das organizações dos trabalhadores e patrões, propor a substituição do famigerado Estatuto Único da era varguista por um *aggiornato* conjunto de disposições estatutárias a serem observadas pelos sindicatos com exclusividade de representação, revisar os critérios de representatividade, opinar nas contestações e nos pedidos de deferimento de registro sindical, mediar e conciliar conflitos de representatividade

sindical, opinar sobre projetos do MTE em tramitação no Congresso, acompanhar as greves em serviços essenciais, propor alteração no rol de serviços ou atividades essenciais. Em caso de empate de votação prevalecerá o voto do governo. Bela democracia! E ainda falam em Estado Democrático de Direito.

A negociação coletiva, *forma jurídica* substitutiva dos acordos entre trabalhadores e seus patrões, passa a ser obrigatória. Baseia-se em uma... *conduta de boa-fé* que ninguém sabe exatamente o que é e que cabe tudo ou nada (dependendo de quem julga ou tem força para impor). Recusar negociar, patrões ou trabalhadores, caracteriza-se como *conduta anti-sindical* e tem como penalidade a perda do registro sindical. A vontade explícita dos "agentes" é suprimida administrativamente. Cidadania? Ora, a cidadania. A ambigüidade é tal que permite, caso não haja unanimidade entre as entidades, a qualquer uma delas assinar o contrato. Permite-se juridicamente, pela ambigüidade, quebrar os sindicatos combativos e constituir-se "sindicatos companheiros" do patronato ou do Estado que possui um direito ditatorial de intervenção pois deve promover a negociação coletiva para que os contratos coletivos tenham aplicação ao maior número de trabalhadores e empregadores. Tudo isso é claro inde-



pendente dos sujeitos sociais. O Estado é a síntese do social, tudo sabe, tudo pode. Os trabalhadores, como na tradição liberal americana dos séculos XVIII e XIX, devem ser guiados e impedidos de fazerem desvarios.

Greve? Ela será "disciplinada". O direito constitucional de greve passa a ser, mais do que até agora, letra morta. A lei disciplinadora indicará o conteúdo dos próprios "estatutos sindicais". Aí deverá estar previsto o número mínimo de trabalhadores para poder deliberar sobre greve, impedir a realização de manifestações ou atos de persuasão (os famosos piquetes tão odiados pelo patronato, pelo Estado e pelos burocratas) que causem danos à pessoa ou à propriedade. O projeto prevê que os trabalhadores em greve terão suspensos seus contratos de trabalho. O sindicato terá que manter equipes para garantir os serviços considerados essenciais, que na prática do serviço público será praticamente tudo e na ordem privada aquilo que efetivamente é vital para a greve. Lula, ex-sindicalista, promove uma lei *sui generis*: não pode haver danos às pessoas ou prejuízo irreparável ao patrimônio do empregador. Ou seja uma greve que não é greve. Mas a ambigüidade vai mais longe ao prever que o movimento não pode representar prejuízos para terceiros, ou seja, qualquer um que se sentir prejudicado poderá ser tentado a ajuizar a greve. E se o sindicato não garantir isso o patronato está autorizado a contratar "fura-greve". Ou seja: trabalhadores temporários em quantidade razoável para garantir a continuidade dos serviços mínimos nas atividades essenciais.

Na oportunidade da greve o Tribunal do Trabalho ordenará a entidade sindical representativa que mantenha os serviços mínimos. Busca-se a inviabilização da greve, é óbvio. As multas que puniram os petroleiros e outras categorias agora viram lei para ordenar a cessação

do comportamento ilegítimo e a eliminação de seus efeitos. A criminalização da greve está agora legalizada e consagrada. Quais são os serviços essenciais propostos pelo projeto: quase tudo. Do tratamento de abastecimento de água, produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis, assistência médica e hospitalar, passando pela distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos, transporte coletivo, funerários, captação e tratamento de esgoto e lixo, até telecomunicações, processamento de dados ligados a serviços essenciais, controle de tráfego aéreo e compensação bancária. Só os produtores de polainas (alguém ainda usa isso?) não se enquadrarão nessas medidas. Lula e seu projeto farão com que o mundo capitalista mais uma vez se curve diante do Brasil. Isso se o projeto passar, é claro.

**Só os produtores de polainas (alguém ainda usa isso?) não se enquadrarão nessas medidas. Lula e seu projeto farão com que o mundo capitalista mais uma vez se curve diante do Brasil. Isso se o projeto passar, é claro.**

A eufemisticamente chamada Lei de Liberdade Sindical é, na realidade, apenas mais uma forma de lei anti-organização e anti-greve. O Ministério do Trabalho, por meio do seu Conselho Nacional de Relações de Trabalho (CNRT), volta a ter o poder de definir quem é quem no mundo sindical. Ele poderá conceder, ou não, registro e qualificação de representatividade, bem como definirá os critérios para os ramos ou setores de atividade em que as entidades dos trabalhadores ou patronais se agregarão ainda que o projeto "garanta" a trabalhadores e patrões o direito de constituir entidades sindicais.

Qual o segredo dessa proposta? Como no texto constitucional o poder poderá emanar do povo (a base sindical), mas em seu nome será exercido. Aliás, nem o poder constituinte das bases sindicais está garantido. "Todo o poder aos burocratas", desde que, é claro, não se coloquem em confronto com as instituições "democráticas" básicas: o patronato e o Estado. Essa concentração de poder é tal que suas burocracias poderão criar confederações, federa-



ções e sindicatos "companheiros" como parte de sua estrutura organizativa. E se você não for "amigo" da burocracia terá o imenso trabalho de constituir um sindicato na "forma da lei" o que é obviado às Centrais que poderão, em caso de contraste com qualquer sindicato da sua base fazer o famoso "paralelismo" sindical sob as bênçãos do Estado. O projeto "acaba" o malfadado imposto sindical obrigatório e cria uma Contribuição de Negociação Coletiva que corresponderá a até 1% do valor da remuneração líquida, recebida no ano anterior à negociação. Aumenta-se a expropriação "legal" do dinheiro do trabalhador. Tudo na forma da lei é claro.

### **Destruir a educação, trabalhar na construção da classe trabalhadora do capital**

A brutal alteração de todo o processo educativo (alteração/destruição da Universidade e do Ensino Superior Público, do ensino técnico e tecnológico, das PPP que atrelam as pesquisas universitárias aos interesses das empresas, da Lei de Inovação Tecnológica, CONAES/SINAES, ProUni, etc.) atuam na produção dessa dominação do capital. Lula enviou, como MP, a proposta do ProUNI rejeitado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Fernando Haddad, do MEC, e, sintomaticamente Palocci, da Fazenda, assinam a exposição de motivos, E Tarso Genro? Precisava ele assinar? Ele decide o que? E saiu como MP para cumprir o compromisso com os empresários de ensino em detrimento dos fóruns democráticos da sociedade.

Apesar dos altissonantes propósitos da MP ao ensino superior privado será garantido uma isenção fiscal excepcional e permanente. Ao reduzir ainda mais a "contrapartida" das instituições privadas à gigantesca isenção fiscal, a MP

**As reformas em nome de uma "inclusão", como na Lei de Liberdade Sindical, pratica o oposto do que anuncia: a manutenção da miséria como elemento básico da vida das classes trabalhadoras.**

revela o seu objetivo fundamental: estabelecer parcerias público-privadas como eixo da expansão da educação superior do país, robustecendo essas instituições de venda de serviços educacionais. Maximiza-se a ajuda "amiga" a este setor do empresariado capitalista com a compra de vagas nas suas instituições com o dinheiro do contribuinte salvando assim esse setor falido. Destroi-se consistentemente a educação: a imposição do decreto nº 5.205/04 "regulamenta" as relações entre as instituições federais do Ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica para usufruto das fundações de apoio legalizando-as buscando descomprometer-se ainda uma vez com o financiamento público das IFES. Da ditadura à Lula esse parece ser o único projeto consistente dos governos para a Universidade.

### **A perspectiva de classe**

As reformas em nome de uma "inclusão", como na Lei de Liberdade Sindical, pratica o oposto do que anuncia: a manutenção da miséria como elemento básico da vida das classes trabalhadoras. Subverte-se o próprio sentido dos termos já que inclusão nada mais é do que o ocultamento da temática da miséria. A sociedade capitalista absorve e inclui, diferencial e assimetricamente, a todos. Ninguém, nem os informais, nem aqueles subordinados ao narcotráfico, está excluído. Contudo, essa denominação cumpre um importante papel legítimo, fazendo com que o problema não esteja nas relações capitalistas. A realização dos direitos sociais é transformado em políticas focalistas que mantêm e reafirmam a estrutura de dominação do capital. Isto é a continuidade radical da política dos governos anteriores (de Collor à FHC) que foram progressivamente construindo o ambiente necessário para que hoje, sob a égide de um governo de colabora-



ção de classes, seja concluído o processo de rearticulação do Estado, a reformatação da classe trabalhadora, a tendência autoritária à eliminação das liberdades democráticas.

Isto não é apenas uma mutação reacionária no corpo sindical. É uma manifestação clara do processo de destruição da totalidade social brasileira. Contra-revolução? Talvez alguns se espantem. Pensarão: Não será apenas uma brutal "via prussiana" ou "revolução passiva"? Penso, se minha análise estiver correta, que esse momento já passou. As classes subalternas já foram, em grande medida, desorganizadas e suas direções decapitadas. Hoje o processo é mais grave. Tornando supérfluas as classes trabalhadoras, impondo uma fascistiização geral na nossa sociedade, os dominantes

podem manter abertos o Parlamento, a Imprensa, o Judiciário. Como o Big Brother orwelliano tudo e todos são vigiados, a história permanentemente escrita, a memória apagada. A contra-revolução ameaça não apenas a desaparição da subjetividade antagonica mas, levada a seu extremo, o que está em jogo é a própria liquidação física da classe antagonica. Morte por fome, inanição, desertificação do território, entrega das riquezas, padronização de uma força de trabalho do capital (papel especial para as reformas "educacionais"), etc., indicam esse processo. As novelas da TV Globo são inocentes, infantis, diante dos

processos de destruição implantados. Um bom exemplo pode ser dado por Campinas, cidade considerada rica e culta (universidades, centros de saúde, sistema fabril, centro de excelência de pesquisa, etc.). Nessa cidade o vereador mais votado falou o tempo todo na... "proteção aos animais" e um outro ensinava... a fazer pão. Em Unai os acusados de mandarem matar funcionários públicos que investigavam trabalho escravo, estão presos e um de-

les foi eleito prefeito.

Dissemos, em outro momento, que a idéia de crise era fundamental. Se na lógica burguesa a crise é subversiva porque põe sua ordem em perigo na lógica das classes trabalhadoras ela é a possibilidade de criação de uma nova sociabilidade. Ao tornar claras as contradições a crise aponta um caminho de decifração da inteligibilidade destruidora e de avanço na nova ordem que será socialista. Perigo e oportunidade são os ideogramas chineses que em conjunto significam crise. Perigo: vivemos um momento de extrema importância. Oportunidade: tudo parece estar correndo risco de destruição, é verdade, mas nunca foi tão clara a possibilidade de um salto de qualidade: no conjunto dos movimentos sociais, sindicais e partidários que levam o combate real contra essa política econômica está colocada à questão da unidade.

Possibilidade, pois nada existe de fatal na história. Se por um lado tudo parece estar correndo risco de destruição, por outro nunca foi tão clara a possibilidade de um salto de qualidade: no conjunto dos movimentos sociais, sindicais e partidários que levam o combate real contra essa política econômica está colocada à questão da unidade. Dizemos possibilidade, pois dependerá do esforço concreto de todos esses sujeitos históricos superar limitações e propor-se construir uma unidade real baseada na autonomia e na independência de classes. Nunca como hoje as lutas contra as Reformas Universitária, Sindical e Trabalhista estiveram associadas na vontade dos trabalhadores organizados. Juntar essas lutas, criticar e lutar para inviabilizar os processos de destruição das classes trabalhadoras e da sociedade é nossa palavra de ordem, nosso norte de intervenção no social. Temos que superar as perspectivas de categoria que tendem ao particularismo para assumirmos a visão e-

**Temos que superar as perspectivas de categoria que tendem ao particularismo para assumirmos a visão estratégica de classe e assim construirmos uma sociedade autodeterminada, uma nova sociabilidade, contra esta ordem e a favor da hegemonia dos trabalhadores.**



tégica de classe e assim construirmos uma sociedade autodeterminada, uma nova sociabilidade, contra esta ordem e a favor da hegemonia dos trabalhadores.

Como Édipo nos defrontamos com a esfinge que nos questiona: "decifra-me ou eu te devoro". Decifração essa que dependerá do esforço concreto de todos os sujeitos históricos para superar limitações e propor-se construir uma unidade real baseada na autonomia e na independência de classes que não exclua nenhum setor do campo da luta e que vem se constituindo nas vanguardas dos trabalhadores e caminha para empolgar amplos setores de massa. A imobilidade, a passividade, na sociedade é apenas uma ilusão. O conflito está dado. Vem se manifestando nas formas mais diversas e inorgânicas, mas também em projetos concretos de intervenção no real.

## Notas

1. Diretor do CREA (Crédito Rural, Agrícola e Industrial), órgão do Estado Novo.
2. Dizemos na política brasileira por que esse fato já ocorrera antes. Cf. Lech Walesa na Polônia. E lá, também, a mutação transformista foi vital para a resolução da crise do capital e do fim da chamada "experiência" socialista.
3. Isso não significa uma crença no poder das instituições na preservação da democracia. Obviamente quando os dominantes rompem sua própria legalidade o que podem os dominados esperar?
4. Não satisfeitos já anunciaram que será necessário aprofundar, mais para frente, a destruição já realizada.
5. Único caso conhecido de "líder de bancada do governo" no Supremo. Agora acumula com a Presidência Oficial do órgão.
6. Em patética declaração Vicentinho afirmava que a CUT era realmente um "sindicalismo de resultados". A Força Sindical seria apenas um "sindicalismo de negócios". A diferença? Nenhuma. Anteriormente Meneghelli, ao sair de uma reunião com Collor, afirmara sem sombra de dúvidas: "Somos parceiros da mesma jornada". Nós quem, cara pálida?
7. No caso do trabalho escravo os proprietários tinham que manter, no mínimo, a sobrevivência dos



seus trabalhadores... para não perder seu capital. Agora as burocracias governamentais, empresarias e sindicais consideram que sequer necessitam desses seres sub-humanos (os trabalhadores) e, portanto, não se consideram obrigados a fazer nada por essa massa supérflua de indivíduos. 